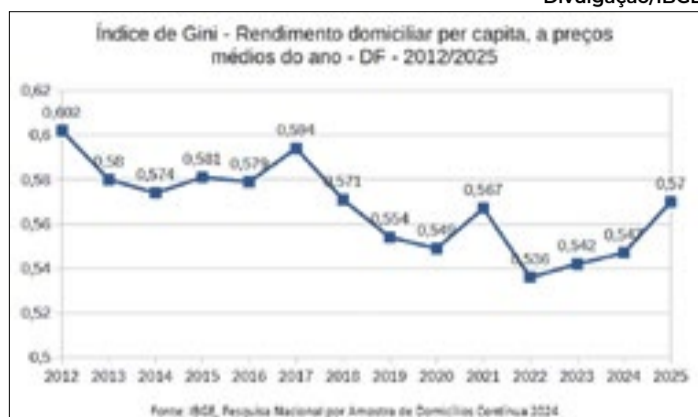


BRASILIANAS

Divulgação/IBGE



Índice de Gini do DF, o maior valor entre as UFs do país

DF registra maior desigualdade de renda do país em 2025

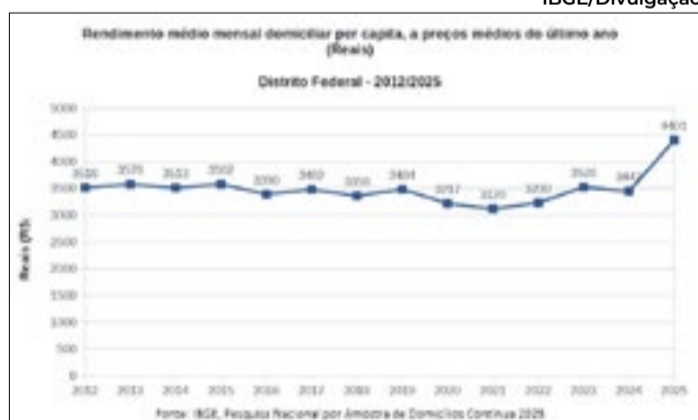
O Distrito Federal registrou, em 2025, o maior nível de desigualdade de renda do país. O índice de Gini do rendimento domiciliar per capita chegou a 0,570, segundo a PNAD Contínua divulgada pelo IBGE nesta sexta-feira (08). O resultado indica aumento da concentração de renda e mantém o DF na liderança nacional do indicador.

A série histórica mostra que o DF havia registrado reduções no Gini entre 2018 e 2020, mas o movimento se inverteu nos anos seguintes. Após oscilações em 2021 e 2022, o índice voltou a subir de forma contínua a partir de 2023, até atingir, em 2025, o maior valor já registrado para a capital federal.

O levantamento aponta que a desigualdade cresceu mesmo em um cenário de aumento do rendimento médio domiciliar per capita. A concentração se intensificou nos grupos de maior renda, ampliando a distância entre as faixas da distribuição e reforçando a tendência de disparidade interna observada nos últimos anos.

O IBGE destaca que o comportamento recente combina recuperação do nível de renda com maior concentração no topo da distribuição. O DF segue com um dos maiores rendimentos médios do país, mas com distribuição cada vez mais desigual, o que explica a posição no ranking.

IBGE/Divulgação



No DF, o rendimento médio real per capita aumentou

Renda per capita do DF sobe 27,7%

O rendimento médio mensal real domiciliar per capita do Distrito Federal atingiu R\$ 4.401 em 2025, segundo a PNAD Contínua divulgada pelo IBGE. O valor representa alta de 27,7% em relação a 2024 e mantém o DF na liderança nacional do indicador desde o início da série histórica, em 2012. A pesquisa mostra que a massa de rendimento mensal real domiciliar per capita chegou a R\$ 13,18 bilhões em 2025. O montante é o maior da série e ficou 28,2% acima do registrado no ano anterior. O avanço ocorreu após oscilações recentes e superou o patamar pré-pandemia, consolidando a recuperação do poder de compra médio das famílias brasileiras.

A série histórica revela que o rendimento domiciliar per capita do DF sofreu quedas em 2020 e 2021, período marcado pelos efeitos da pandemia de Covid-19. A partir de 2022, o indicador voltou a crescer e, em 2025, alcançou o maior valor já registrado pelo IBGE.

O levantamento reforça a posição do DF como uma das unidades da federação com maior nível de renda.

POR
WILLIAM FRANÇA

Renda varia muito por perfil no DF

A PNAD Contínua 2025 mostra que o rendimento médio habitualmente recebido em todos os trabalhos varia de forma significativa entre grupos da população do DF. Segundo o IBGE, o rendimento médio dos homens foi 25,5% superior ao das mulheres. Eles receberam, em média, R\$ 6.981, enquanto elas alcançaram R\$ 5.560.

A pesquisa revela diferenças por cor ou raça. A população branca teve rendimento médio de R\$ 8.435 em 2025, valor acima da média geral do DF. Já a população preta recebeu, em média, R\$ 3.981, e a parda, R\$ 5.073. A distância entre os grupos evidencia desigualdades internas persistentes.

A escolaridade é um dos fatores com maior impacto sobre a renda. Pessoas com nível superior completo receberam, em média, R\$ 10.356 em 2025. Entre aquelas com ensino médio incompleto ou equivalente, o rendimento médio foi de R\$ 1.827. A diferença entre os dois grupos supera cinco vezes.

A renda também variou por faixa etária. O maior rendimento médio foi registrado entre pessoas de 50 a 59 anos.

Mais brasileiros têm algum rendimento

O Distrito Federal registrou, em 2025, o maior percentual de pessoas com algum tipo de rendimento desde o início da série da PNAD Contínua.

Segundo o IBGE, 67,8% da população residente tinha renda habitual de trabalho ou de outras fontes.

O resultado mantém o DF entre as unidades com maior proporção de moradores com rendimento.

A pesquisa mostra que 52,2% da população tinha rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos, o maior percentual da série iniciada em 2012.

Outros 24,7% recebiam renda de fontes como aposentadorias, pensões, programas sociais, aluguel e aplicações financeiras, também no maior patamar já registrado.

Na composição do rendimento domiciliar per capita, o trabalho respondeu por 75% do total em 2025.

As demais fontes representaram 25%, com destaque para aposentadorias e pensões, que alcançaram 18,5%.

Programas sociais tiveram participação de 1,2%, abaixo do registrado em 2024.



Ministro Flávio Dino pediu destaque na sexta-feira (8)

STF suspende julgamento sobre lei que socorre BRB

Sessão virtual começou na manhã da última sexta-feira (8)

Por Isabel Dourado

Os ministros do Supremo Tribunal Federal devem decidir em plenário presencial o uso de bens móveis para fortalecer o caixa do Banco Regional de Brasília (BRB), após os prejuízos financeiros sofridos pela instituição após operações com o banco Master, de Daniel Vercaro.

O julgamento teve início no plenário virtual na última sexta-feira (8) com o voto do ministro Edson Fachin. No entanto, o ministro Flávio Dino pediu destaque e agora, os ministros votarão a decisão de forma presencial. Ainda não há data marcada.

Fachin é relator do processo em que o Governo do Distrito Federal questiona a decisão do desembargador Rômulo de Araújo Mendes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que derrubou trechos da lei de recuperação do BRB. Incluindo a transferência e a alienação de bens públicos para capitalização da instituição.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, suspendeu no dia 24 de abril a decisão do desembargador Rômulo de Araújo Mendes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) que proibia o GDF a adotar providências voltadas ao fortalecimento do caixa do Banco de Brasília (BRB), incluindo a transferência e a alienação de bens públicos para capitalização da instituição.

De acordo com Fachin, a de-

cisão impedia a implementação de política pública para enfrentar a situação econômica e financeira sensível do BRB. "O BRB desempenha papel central no sistema financeiro do DF, sendo responsável pela operacionalização de programas sociais relevantes, pelo pagamento de servidores públicos, pela gestão de volumes expressivos de depósitos - inclusive judiciais - e pela concessão de crédito em escala significativa à economia local", escreveu Fachin.

A decisão pela proibição, tinha sido assinada no dia 23 de abril pelo desembargador do TJDFT e atendia a um pedido do Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT).

Transferência

Na última sexta-feira (8), o ministro André Mendonça, do STF, autorizou a transferência do ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, para a Papudinha, no 19º Batalhão, administrado pela Polícia Militar do Distrito Federal.

Costa está preso desde o dia 16 de abril no Complexo Penitenciário da Papuda, após a 4ª fase da Operação Compliance Zero. A decisão foi tomada depois da manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR).

O ex-presidente do BRB deve ficar em uma sala mais espaçosa. A decisão da transferência é vista como um caminho para o avanço no acordo de delação premiada.